



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO(CES-JUS)

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos treze (13) dia do mês de Julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), às quinze horas (15h00), através de vídeo conferência pelo endereço eletrônico: <<https://zoom.us/j/99338590402?pwd=dmQ0MВтjOUJNdFJ5K2xiQ2FILzBEdz09>> ou com ID: 993 3859 0402 Password: 534877, foi iniciada a nona Reunião Extraordinária de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Dados epidemiológicos; Regulação (ocupação de leitos); Plano de retorno das atividades hospitalares; desjudicialização e reestruturação da ouvidoria SUS-SESA e capacitação para a conciliação na saúde. Foi feita a abertura da reunião pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde - Judiciário, com a verificação dos participantes presentes na sala virtual: **Sr. Alcedir Rigelli**, do Hospital São Camilo; **Sra. Alcilene Furtado**, Sindicato de Enfermagem e Trabalhadores da Saúde do Amapá_(Sindsaúde); **Sr. Alex Coimbra**, da Central de Regulação; **Sra Aline Perez**, Juíza Titular da Comarca de Santana; **Sr. Caio Farias**, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); **Sra. Camila Vieira**, da Escola Judicial do Amapá; **Sra. Cléia Oliveira**, da FECOMÉRCIO; **Sr. Eduardo Navarro**, Juiz Titular da 1.^a Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Macapá; **Sra. Eliane Albuquerque**, do PROCON; **Sr. Eliezir Viterbino**, da FECOMÉRCIO; **Sra Gisela Cezimbra**, da Secretaria Municipal de Saúde - Macapá (SEMSA); **Sra. Jane Betânia**, Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas do Amapá - AMA-AP; **Sr. Jhonatha lima**; **Sra. Joana Leão**, da UNIMED; **Sr. Juan Mendes**, Secretária de Estado da Saúde; **SR. Kliger Campos**, do Conselho Estadual de Saúde (CES); **Sra. Larissa Oliveira**, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AP); **Sra. Maria Cecília Faro**, do Controladoria-Geral do Estado (CGE); **Sra. Maribel Santos**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sr. Mauro Seco**, da Associação Médica Brasileira (AMB); **Sr. Philippe Castro**, da PGE; **Sr. Rodrigo Pimentel**, da PGE; **Sr. Roberto Bauer**, do Ministério da Saúde no Amapá; **Sr. Ronaldo Dantas**, do NATJUS; **Sra. Sônia Ribeiro**, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC); **Sra. Taísa Mara**, da Procuradoria-Geral do Município de Macapá; **Sr. Victor Queiroz**, Juiz Federal Substituto; **Sr. Weber Penafort**, do Ministério Público do Estado do Amapá (MPE). Após a apresentação da pauta o Desembargador Carlos Tork, o Sr. Juan Mendes apresentou dados sobre a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO(CES-JUS)

regulação, afirmando que há uma estabilização na taxa de ocupação hospitalar na capital, sendo a maior taxa de ocupação na pediatria. Relatou também um ligeiro aumento nas demandas de tomografia, sendo que há problemas com tomógrafos no HE e HCAL, mas já se estuda uma ampliação da rede de atenção, bem como mencionou sobre uma liminar em processo judicial com relação a ambulância. Questionado pelo Desembargador Carlos Tork sobre notícia veiculada na internet sobre a desativação do hospital universitário, esclareceu que não há essa previsão, destacando que no planejamento este será o último centro a ser desativado. Na oportunidade, informou que a desativação obedecerá a seguinte ordem: COVID 1, sendo que os leitos serão remanejados para atendimento da demanda de lá, visto que leito de UTI é um problema para retaguarda das cirurgias eletivas; COVID 2, que será usado como apoio para maternidade Zona Norte; COVID 3 – Santana; por fim, hospital universitário. Sobre a retomada das cirurgias, adiantou que há uma força tarefa para tal, ressaltando que, mesmo em número menor, algumas foram mantidas, por exemplo, as oncológicas e neurológicas. Novamente questionado sobre o hospital Universitário pelo representante do MPE, reforçou que será o último local a ser desativado, mesmo porque há uma preocupação com uma segunda onda. Com a palavra, o Sr. Eduardo Navarro informou que em sua unidade judiciária há demandas judiciais de cirurgias eletivas e exames represadas, questionando quando será possível a liberação. No ponto, o Sr. Juan Mendes indicou a data de 03 de agosto, reforçando que serão definidos critérios, tendo em vista a demanda não judicializada reprimida. Na ocasião, foi sugerido pelo Desembargador Carlos Tork que tais critérios já fossem incluídos no plano de retomada. Ainda sobre a retomadas das cirurgias, o Sr. Alcedir Rigelli noticiou que na rede suplementar – São Camilo – já estão sendo realizadas desde início de julho, inclusive já foi comunicado ao Estado, face à capacidade de realização de 10 cirurgias SUS por dia, sendo necessária a regulação pelo Estado. Informou ainda que está em elaboração de um convênio com o estado de prestação de serviços mediante uso de recurso federal destinado ao São Camilo. Pelo bate papo, o Sr. Victor Queiroz informou “em reunião no centro judiciário de conciliação da justiça federal concomitantemente”. Dando prosseguimento, a Sra. Joana Leão disse que a UNIMED dispõe do plano de retomada, o qual foi apresentado pela Sra. Elza Rezende com destaque para existência de critérios para retomada, por exemplo, redução da taxa de ocupação de leitos e avaliação do médico, assim como a prioridade para os cancelados anteriormente e aqueles que o atraso pode piorar a situação. Acrescentou também



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO(CES-JUS)

a previsão de redução do tempo permanência da paciente no hospital e do número de acompanhantes e visitas e a necessidade de informar o paciente sobre as condições para assinatura do termo de consentimento. Com a palavra, o Desembargador Carlos Tork solicitou que o Sr. Juan Mendes apresentasse na próxima reunião o plano de retomada, inclusive em âmbito ambulatorial, bem como o plano de parceria entre São Camilo e SESA, designando como primeiro ponto de pauta da próxima reunião. Na ferramenta de bate papo, registrou-se o seguinte: Sra. Maribel Santos: "Dr. Alcedir, esse recurso de custeio tem rubrica específica? pergunto se seria somente para procedimento cirúrgico". Em seguida, Sr. Klinger Campos: "temos que voltar com as consultas ambulatorial no HCAL, está prejudicando e muito a população do Amapá haja visto que é um serviço essencial". Sr. Alcedir Rigelli: "o valor e para custeio ao São Camilo, portaria específica, compra de insumos, pagamento de folha, gases medicinais". Novamente a Sra. Maribel Santos: "Entendi. Pensei na possibilidade do São Camilo viabilizar o teste do pezinho... Com este recurso". Sr. Klinger Campos: "poderia ser feito na maternidade, os pais estão tendo que pagar os testes há 3 meses não e feito segundo a servidora do setor devido a pandemia". Em resposta, Sr. Juan Mendes: "Teste do Pezinho suspenso desde o dia 16/06 termino do contrato dia 30/06, já finalizando o contrato emergencial". Mais uma vez, Sra. Maribel Santos: "Pois, devido questões de gerenciamento com a empresa, novos acordos estão sendo dialogados para reiniciarem as coletas". De novo, Klinger Campos: "Enviaremos o relatório precisamos voltar com as consultas ambulatoriais URGENTE Onde encontro um Pneumologista pelo SUS? PÓS COVID, como ficam os pacientes? acompanhamento?". Por fim, Maribel Santos: "Dr. Klinger, o monitoramento dos pacientes pós covid-19, estão sendo realizados na APS, sendo avaliados por médicos clínicos. Se, após estas avaliações, o clínico avaliar que precisa de avaliação do especialista, então, referencia. Pelo que está sendo acertado nesta reunião, no início de agosto os atendimentos ambulatoriais de especialistas no HCAL devem retornar. No geral, o monitoramento é feito por clínico geral, mesmo". Com a palavra, o Sr. Mauro Seco ressaltou a necessidade de retomada das cirurgias oncológicas e sugeriu que as cirurgias ginecológicas fossem realizadas via São Camilo. Com relação aos dados epidemiológicos, ficou acertada a disponibilização no grupo de whatsapp, sendo mencionada a tendência de queda pelo Sr. Juan Mendes. Superado o ponto, o Desembargador Carlos Tork mencionou que há uma preocupação nacional com a demanda reprimida, sendo a sugestão para enfrentamento as medidas alternativas de solução, sejam pré-processuais ou processuais,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO(CES-JUS)

ocasião em que destacou o papel anteriormente desempenhado pelo NOAT, sugerindo que fosse retomada a equipe multidisciplinar da SESA com capacitação feita pela Escola Judicial. Em resposta, o Sr. Juan Mendes disse que já está sendo discutida a formação de uma equipe técnica junto à Ouvidoria, que hoje já tem dez servidores. Com a palavra, a Sra. Sônia Ribeiro informou que o curso de capacitação daria ênfase nas técnicas para área de saúde; que a equipe do NUPEMEC tem vasta experiência na realização de cursos, o qual seria de 20h teóricas por videoconferência em julho com mais aulas práticas presenciais com possibilidade que a metodologia ensinada já fosse implantada em agosto; que é necessária a definição da equipe para que haja treinamento pontual. Via bate papo, a Sra. Maribel Santos: "Esse treinamento seria só para profissionais técnicos das unidades hospitalares?". Após a discussão, restou definida a abertura de duas turmas de 15 alunos com início em 20/07 e 27/07, sendo que 3 vagas em cada turma seriam destinadas ao Município de Macapá. Durante o debate, o Sr. Juan Mendes destacou o empenho da SESA em melhorar suas atividades, reiterando o pedido de uma voto de confiança. E a Sra. Larissa Oliveira sugeriu que os agentes políticos também precisam ser preparados. No ponto, o Desembargador Carlos Tork esclareceu que está previsto um workshop na área de saúde com os juízes para a retomada pós-pandemia, porém questionou se seria possível outra turma em agosto. Em resposta, a Sra. Sônia Ribeiro disse que sim; requereu que houvesse, no mínimo, um profissional médico na primeira turma e também que fossem indicados servidores do quadro, assim como destacou a possibilidade de cursos em parceria com MP, JF, OAB, PGE e Município do Macapá. E as Sra. Taísa Mara e Gisela Cezimbra destacaram a importância da capacitação dos servidores do município. Por fim, o Desembargador Carlos Tork destacou a necessidade de indicação de servidores efetivos e com perfil para atuação na área, ocasião em que o Sr. Juan Mendes já indicou o Sr. Kliger Campos. Encerrados os debates, o Desembargador Carlos Tork informou que na próxima reunião, além dos informes sobre dados epidemiológicos e regulação, seria apresentado o plano de parceria da SESA com o São Camilo, podendo a pauta ser ampliada com algum ponto que surgir durante a semana. E esclareceu que a inscrição no curso de capacitação será realizado pela Escola Judicial com a Sra. Camila Vieira. Após, a reunião foi encerrada.




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Designação de reunião extraordinária para o dia 20 de julho

Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado Almeida,
Secretária executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e
assinada após aprovação por todos.


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus